

UMA NOVA AGENDA AMBIENTAL E TURÍSTICA PARA O ESTADO DO PARANÁ

Por uma economia restaurativa onde as áreas naturais e a proteção da natureza são um grande ativo sócio-econômico

Outubro de 2019

Resumo Executivo:

A proposta apresentada nesse documento engloba as alterações, ajustes e incrementos para que o Governo do Estado do Paraná estruture de forma efetiva e qualificada a gestão de seu patrimônio natural. Representa uma agenda direcionada a um governo com propostas inovadoras. Que seja capaz de perceber que a proteção do meio ambiente tem reflexos diretos na qualidade de vida e abre inúmeras oportunidades de negócios sustentáveis.

A reestruturação já está efetivada em parte, com a criação da **Secretaria de Sustentabilidade e Turismo (SEDEST)** e o **Instituto de Águas e Terras (IAT)**. O incremento ainda não efetivado diz respeito a criação de uma nova autarquia a ser denominada de **Instituto da Geo-Biodiversidade e Clima – IGBC**.

A criação dessa nova instituição permite o reconhecimento do Governo do Estado do Paraná da importância do Patrimônio Natural de todos os paranaenses, capaz de atender a agenda de proteção da natureza de forma efetiva e criar, por exemplo, ativos econômicos a partir da abertura de suas Unidades de Conservação para exploração do turismo de natureza.

A criação do **IGBC** abre inúmeras possibilidades de incremento da agenda ambiental no Paraná, o que é discriminado na forma de componentes nesse documento. Ao mesmo tempo em que se recupera um amplo passivo de ações que não são atualmente realizadas, o Governo do Paraná passa a incorporar em sua agenda de atividades um conjunto de ações contemporâneas indispensáveis, como a agenda do clima e da biodiversidade.

No momento em que vários aportes muito significativos de recursos financeiros estão em vias de viabilização para cumprir ações voltadas a proteção do meio ambiente do Paraná, como as multas da SANEPAR, do processo da REPAR – Petrobras, e TAJ Petrobrás, abre-se uma oportunidade única para que o Estado do Paraná assuma definitivamente um compromisso consistente em um real alinhamento entre desenvolvimento e proteção do Patrimônio Natural – a imediata criação do **Instituto da Geo-Biodiversidade e Clima – IGBC**.

Uma vez assumida como decisão política pelo atual Governo do Estado do Paraná, essa agenda permitirá vários procedimentos de incremento da agenda ambiental em conjunto com a viabilização de novos negócios, empregos e renda. O uso do conceito de **Produção de Natureza** e a iniciativa **Grande Reserva Mata Atlântica** são exemplos claros desse potencial.

PRÓXIMOS PASSOS:

1. Apresentar e aprovar a proposta de criação **do Instituto da Geo-Biodiversidade e Clima – IGBC** ao Governo do Paraná;
2. Estabelecer um compromisso de aportes de recursos oriundos de fontes diversas para a criação de um Fundo de Conservação para o Estado do Paraná e de onde será possível manter as atividades no novo instituto;
3. Estruturar equipe interna de transição para a modelagem e estruturação da nova instituição, a exemplo do que ocorre atualmente como o IAT;
4. Realizar esforço de desenvolvimento de projetos específicos decorrentes das linhas apresentadas nesse documento;
5. Selecionar profissionais de carreira em outras autarquias do Governo do Estado para compor o **Instituto da Geo-Biodiversidade e Clima – IGBC** e priorizar a seleção de novos profissionais com perfil qualificado em novas contratações previstas;
6. Dar prioridade a ações que aliem a agenda de proteção do Patrimônio natural com o Turismo de Natureza e o incremento de atividades econômicas em áreas naturais protegidas e seu entorno;
7. Estabelecer parceria com o Batalhão da Polícia Ambiental do Paraná para agendas articuladas de educação, controle e fiscalização;
8. Estabelecer parceria com instância federal responsável pela gestão de Unidades de Conservação no Paraná, o ICMBio para apoio e parcerias na gestão e estruturação das unidades existentes;
9. Desenvolver uma Política Estadual de Conservação para o Estado do Paraná;
10. Criar um programa de aproximação com empresas para o estabelecimento de agendas produtivas voltadas a área da conservação, iniciando pelas empresas para-estatais APPA, SANEPAR e COPEL.

UMA NOVA AGENDA AMBIENTAL E TURÍSTICA PARA O ESTADO DO PARANÁ

Por uma economia restaurativa onde as áreas naturais e a proteção da natureza são um grande ativo sócio-econômico

Outubro de 2019

Com base em expectativas de aproximação concreta e produtiva dos aspectos sociais e econômicos com a agenda ambiental do Paraná, e decorrente de uma necessidade de reestruturação da gestão ambiental estadual, as contribuições reunidas neste documento buscam explorar as oportunidades de avanços exponenciais para o desenvolvimento regional e a melhoria de qualidade de vida que o fortalecimento do Sistema de Meio Ambiente – SEMA (hoje Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e Turismo - SEDEST) pode proporcionar à população paranaense.

As áreas naturais remanescentes no Paraná são provedoras de água, de equilíbrio climático, conservam o solo, permitem a polinização da agricultura e garantem uma paisagem que representa as raízes de nossa cultura. Desde a Floresta Atlântica e Manguezais na região costeira, aos Campos Naturais e Floresta com Araucária no planalto, temos um amplo conjunto de áreas com enorme potencial para o desenvolvimento do turismo, ainda muito pouco explorado em nosso estado.

Uma gestão qualificada de nossos ativos naturais e culturais representa uma oportunidade para que o Paraná gere riquezas, empregos e renda, a partir de seus atrativos turísticos, a exemplo do que já acontece com o Parque Nacional do Iguaçu. O Paraná necessita manter e restaurar esse patrimônio por meio da existência de uma autarquia qualificada para essa função, fomentando a proteção da fauna e da flora, do patrimônio geológico e das suas Unidades de Conservação, públicas e privadas.

Uma gestão inovadora, com percepção de oportunidades para a abertura de novos campos de desenvolvimento social e econômico, não poderá prescindir de um empenho inédito que implicará na responsabilidade de proteger de maneira adequada as nossas áreas naturais remanescentes. Esse esforço estará alinhado com as demandas e metas globais para a conservação da biodiversidade, adaptação às mudanças climáticas e economia de baixo carbono.

Este é um esforço coletivo de profissionais atuantes na área ambiental no Brasil para apoiar a nova gestão do governo do Paraná, disposta a modernizar e a tornar mais eficiente a atuação dos órgãos responsáveis pela gestão ambiental do estado.

Este aporte de informações e contribuições busca contemplar os temas mais atuais e prioritários sobre gestão e conservação do patrimônio natural.

A expectativa é de que o trabalho aqui apresentado possa ser aprimorado e ampliado, a partir da cooperação entre governo e sociedade, para que uma agenda ambiental positiva e virtuosa possa ser implementada no Paraná.

O documento está dividido em quatro partes:

I. Contextualização

II. Oportunidades

III. Nova Agenda Ambiental

IV. Programa de Produção de Natureza

I. CONTEXTUALIZAÇÃO

Por que o Paraná necessita de uma estrutura forte na área ambiental? Justificativas e demandas que ressaltam a necessidade de reestruturação do Sistema de Meio Ambiente - SEMA.

a) O momento para estabelecer um novo padrão de Gestão Ambiental no Paraná

Uma proposta de re-ordenamento da estrutura atual dos órgãos ambientais do Governo do Paraná busca sanar alguns dos mais relevantes estrangulamentos que vêm sendo sentidos pela sociedade nessa área, dentre eles, as dificuldades e a demora no andamento dos processos de licenciamento, a limitada condição de proteção, monitoramento e controle do patrimônio natural paranaense, e a falta de estruturas adequadas para realizar atividades de gestão para conservação ambiental.

Todos esses aspectos têm como limitador comum a falta de contratação de profissionais, uma vez que a última chamada de recomposição de quadros ocorreu há 28 anos. A dispersão do pessoal disponível, separados em diversas autarquias com finalidades distintas, abre frente para ações não suficientemente coordenadas. Não bastasse a forte limitação de contingente, historicamente o Sistema SEMA (SEDEST) é submetido a condições de ingerências externas, intensificadas nos últimos anos, desviando o foco de sua finalidade principal e abrindo espaços para um deletério conjunto de contestações judiciais, em ações criminais, cíveis e de improbidade administrativa que, infelizmente, estão sustentados em processos de licenciamento inadequados. Além de processos cíveis, criminais e de improbidade administrativa relacionados à ausência de fiscalização, má gestão dos recursos humanos e fraudes em licenciamentos ambientais.

Abaixo exemplos de processos de gestão que demandam melhorias, ajustes e remodelações:

- ✓ Atuação desordenada das autarquias e Secretaria de Meio Ambiente;
- ✓ Sobreposição de funções e competências entre órgãos;
- ✓ Denúncias de corrupção;
- ✓ Interferências políticas nas decisões técnicas;
- ✓ Falta de quadro técnico qualificado e com fé pública para a tomada de decisões;
- ✓ Elaboração de parecer técnico pelo mesmo servidor que defere a licença ambiental;
- ✓ Confecção de parecer técnico por servidor comissionado e sem a qualificação técnica para a área respectiva;
- ✓ Ausência de consulta prévia regular às entidades intervenientes nos licenciamentos ambientais como SPU - Superintendência do Patrimônio da União no Paraná; CPC - Coordenação do Patrimônio Cultural do Paraná; Instituto de Águas do Paraná; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); e Funai - Fundação Nacional do Índio;
- ✓ Ausência de transparência das informações relativas à fiscalização e licenciamento ambiental;
- ✓ Ausência de um sistema de processo eletrônico e digital para a gestão ambiental do Estado;
- ✓ Ausência de uma política de gerenciamento costeiro, planejamento e ordenamento territorial.

Considerações:

Mesmo com as limitações existentes, uma nova gestão com vontade política para permitir condições diferenciadas à gestão ambiental, que inclua o turismo de natureza, tem amplas possibilidades para obter sucesso. Um ponto de partida deverá ser uma recomposição de quadros, com a contratação de novos profissionais.

É urgente a realização de um estudo para o re-ordenamento do quadro técnico de profissionais habilitados atualmente dispersos em diferentes autarquias públicas. O Estado já conta com uma estrutura física e equipamentos bastante razoável, além de rubricas orçamentárias que podem suprir as demandas necessárias para o encaminhamento de atividades dentro de uma condição de excelência.

b) Morosidade, fragilidade e insegurança jurídica no licenciamento ambiental frente à expectativa de novos empreendimentos

O Paraná tem a expectativa de incrementar suas atividades no campo da exportação e na recepção de turistas a fim de se firmar, aos olhos do mundo, como um território exemplar na agenda da sustentabilidade. Em função disso, um alinhamento com o tema do meio ambiente representa um dos mais importantes elementos para a fidelização e a conquista de novos clientes. Em função disso, será cada vez mais estratégico o alinhamento com políticas que considerem de maneira consistente a proteção do patrimônio natural.

c) Pouca efetividade de programas de restauração de matas ciliares e ameaças à produção agrícola e a segurança hídrica

Atualmente, o fenômeno das mudanças climáticas e a perda da biodiversidade já podem ser medidos como fatores que geram enormes prejuízos sociais e econômicos em todo o planeta. E o Paraná não é uma exceção. Dos graves processos erosivos ligados à agricultura nas décadas passadas, que demandaram gigantescos investimentos para sua correção, a eventos climáticos extremos, como os ocorridos na região costeira do Paraná, em março de 2011, há evidências concretas na relação direta entre a mitigação de prejuízos econômicos e a boa gestão ambiental do território.

d) Fragilidade e pouca efetividade na proteção do patrimônio natural e da biodiversidade

Os ambientes naturais exuberantes originalmente existentes no Paraná são capazes de consolidar um processo de **produção de natureza**, por meio de um potencial atrativo, extraordinário para um dos negócios que mais cresce no mundo - o turismo de natureza.

Na Serra do Mar, os Parques Estaduais do Pico Marumbi e do Pico Paraná precisam ser ressaltados como o berço do montanhismo no Brasil e como grandes potenciais de turismo perto da capital, assim como o Parque Nacional Guaricana. Na Região Costeira, o Parque Nacional do Superagui e a Ilha do Mel, bem como toda a região do Lagamar, repletos de Unidades de Conservação, são ícones internacionais de beleza e de importância para a conservação da natureza, situados em Reserva da Biosfera da ONU, Área de Extrema Relevância para Conservação da Natureza do Ministério do Meio Ambiente e no seio da qual estão localizados dois sítios Ramsar (Estação Ecológica de Guaraqueçaba e Área de Proteção Ambiental de Guaratuba).

O Parque Nacional do Iguaçu é o segundo destino mais visitado no Brasil, depois do Rio de Janeiro. Próximo desse destino se encontra o Parque Nacional de Ilha Grande e o sistema de Várzeas do Rio Paraná. Merece ainda destaque a Escarpa Devoniana com seus remanescentes geológicos e arqueológicos. A Floresta com Araucária e os Campos Gerais, abriga o Parque Estadual de Vila Velha, o Parque Estadual do Guartelá onde está o sexto maior canyon do mundo, e as cachoeiras de Prudentópolis.

Uma gestão qualificada, séria e transparente, pode propiciar uma **economia restaurativa**¹ que gere renda e investimentos externos ao dar valor ambiental aos produtos do Paraná, no cenário internacional.

e) Falta de estratégias para garantia de áreas verdes urbanas para qualidade de vida da grande maioria da população

O crescente processo de urbanização, aliado ao fenômeno das mudanças climáticas, já podem ser constatados como fatores que geram enormes prejuízos sociais e econômicos nas grandes metrópoles. Com a grande maioria da população vivendo em ambientes urbanos, o Estado necessita de instrumentos e programas que promovam cidades resilientes, com ampliação de áreas verdes que possibilitem aos moradores qualidade de vida, lazer e saúde mental, além da regulação térmica e demais benefícios das áreas naturais em cidades.

¹ 1 Modelo econômico que promova e se beneficie da proteção dos recursos naturais e não da sua degradação

Considerações:

O conjunto de argumentos apresentado é fundamental para dar sustentação à necessidade de uma estrutura de gestão ambiental técnica de qualidade no Estado do Paraná. A premissa que coloca em lados antagônicos a conservação e o desenvolvimento é falsa, porém é necessário um esforço de alinhamento dos interesses econômicos do Estado e do respeito aos seus limites ambientais, como o uso do solo e a gestão hídrica.

Contextualiza-se, portanto a necessidade de garantir melhorias na qualidade de vida da população e da conservação dos nossos ecossistemas, binômio que deveria constituir o centro da estratégia de remodelação e fortalecimento do Sistema SEMA (SEDEST), promovendo ainda a manutenção da condição de produtividade agrícola e da resiliência ambiental de centros urbanos do Paraná.

II. OPORTUNIDADES

Com base em expectativas de aproximação concreta e produtiva dos aspectos sociais e econômicos com a agenda ambiental do Paraná, e decorrente de uma necessidade de reestruturação da gestão ambiental estadual, as contribuições a seguir exploram as grandes oportunidades de avanços exponenciais para o desenvolvimento regional e a melhoria de qualidade de vida que o fortalecimento do Sistema SEMA (SEDEST) pode proporcionar à população paranaense.

a) Uma nova estrutura para gestão ambiental

Uma gestão ambiental qualificada, transparente e isenta tem relação direta com a provisão de condições plenas para o desenvolvimento e para o bem-estar da população. Essas premissas, técnicas e legais determinadas pelas agências ambientais, as quais permitem um norteamento político responsável para o uso adequado do patrimônio natural, proporcionam também uma agenda positiva para a manutenção e o fomento das atividades econômicas.

b) Geração de riquezas pelo turismo de natureza

As extraordinárias riquezas naturais do Paraná apresentam um grande potencial para incrementar a condição de geração de empregos e renda de sua população. Para atingir esses objetivos é necessário permitir a manutenção dos **ativos ambientais** que proporcionam a geração de riquezas, bem como estabelecer políticas de incremento econômico, com avanços na criação de novos destinos turísticos internacionais.

Aderir a conceitos de vanguarda como **economia restaurativa** e **produção de natureza** representa uma estratégia que proporciona condições para respostas consistentes ao equacionamento entre o desenvolvimento e a proteção do patrimônio natural.

Parque Nacional do Iguaçu antecipa recorde de visitantes e registra alta de 6% na procura por turistas de janeiro a julho de 2018.

Fonte: Agencia de Notícias do Turismo Ministério do Turismo

c) Atuação focada na promoção de incremento à resiliência quanto a eventos climáticos no Paraná

As mudanças climáticas e a perda de biodiversidade não só constituem ameaças de alta relevância para a agenda socioeconômica mundial, como também interferem nas decisões para o estabelecimento e a manutenção dos negócios.

Ao estabelecer uma gestão ambiental robusta e inovadora, que promova a resiliência frente aos eventos climáticos extremos e proteja efetivamente os remanescentes naturais, o Paraná dá um passo decisivo para o alcance demandado pelos padrões de desenvolvimento contemporâneos.

O Estado proporciona assim uma abertura para que empreendimentos de baixo impacto ambiental busquem abrigo em seu território, novos negócios impulsionados pelo turismo de natureza sejam desenvolvidos, e os produtos daqui sejam valorizados e reconhecidos, garantindo desta forma fidelidade e valor incremental às exportações.

O valor econômico da natureza nas Américas é estimado em ao menos US\$ 24,3 trilhões por ano, sem considerar o ambiente marinho. Isto equivale ao PIB total do continente.

Fonte: Paula Drummond de Castro – Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos

d) Acesso a créditos internacionais relacionados ao clima e meio ambiente

Dentro de um planejamento de médio prazo, será fundamental credenciar o Paraná no acesso aos Fundos Internacionais como o *Green Climate Fund* (Fundo Verde do Clima), iniciativa internacional para suporte financeiro que identifica projetos que possam representar protagonismo e visão estratégica inovadora, para estabelecer uma agenda efetiva de combate, mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Segundo o Fórum Econômico Mundial, os parques nacionais americanos recebem 307 milhões de visitas por ano e faturam US\$ 17 bilhões.

Fonte: Jornal da Globo - Edição do dia 04/01/2018 - 05/01/2018 01h07 - Atualizado em 05/01/2018 22h35
Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2018/01/parques-nacionais-nos-estados-unidos-faturam-u-17-bilhoes-por-ano.html>

e) Uma agenda contemporânea e inovadora

A proposta referencial denominada **Uma Nova Agenda Ambiental e Turística para o Estado do Paraná** tem por premissa fundamental agregar valor para a boa gestão pública na área ambiental, passaporte para um futuro promissor para a economia, sem desprezar os padrões de qualidade de vida que os paranaenses têm direito de pleitear.

III. NOVA AGENDA AMBIENTAL

PREMISSAS PARA A SIMPLIFICAÇÃO E MAIOR EFETIVIDADE DO SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – SEMA GERIDO PELA NOVA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E TURISMO

Sugere-se estudo para uma futura remodelação do Sistema de Meio Ambiente - SEMA, tornando a nova Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo (SEDEST), especificamente voltada para a formulação das políticas ambientais de Estado, com extinção de cargos regionais e tornando-a mais eficiente e enxuta. As execuções de projetos serão realizadas estritamente pelos órgãos ambientais, o que resulta em eliminar sobreposições de atividades, conflitos entre instituições e redução de cargos comissionados.

Considerando que as três instituições vinculadas à antiga Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA-PR) - Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Instituto das Águas e Instituto de Terras, Cartografia e Geologia (ITCG), em função de sobreposições de tarefas, da falta de eficiência no atendimento às demandas de licenciamentos, da baixa efetividade de atuação e das constantes denúncias de corrupção, seriam extintas com suas atribuições de caráter público e transferidas para duas novas instituições a serem instituídas em substituição às existentes.

Assim, o novo Sistema de Meio Ambiente seria composto por **duas autarquias** com ações complementares: **Instituto da Geo-Biodiversidade e Clima - IGBC e Instituto de Águas e Terras – IAT.**

a) Instituto da Geo-Biodiversidade e Clima - IGBC

Com atribuições referentes à **agenda verde** - gestão da geodiversidade, da biodiversidade e do clima, terá como objetivo otimizar e modernizar as funções públicas visando a conservação da natureza, a gestão das Unidades de Conservação (UC), o fomento ao turismo ecológico e o planejamento de estratégias para conservação, restauração e valorização do patrimônio natural.

A principal estratégia para conservação será focada na geração de ativos pelo turismo de natureza, por meio do estabelecendo de parcerias com Universidades e iniciativa privada, na gestão e operacionalização das atividades. Empresas ligadas ao Governo como COPEL, SANEPAR, APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, COMPAGÁS serão parceiras do novo Sistema SEMA e aportarão recursos, na forma de investimentos estratégicos, para minimizar riscos e impactos causados por essas atividades.

b) Instituto de Águas e Terras – IAT.

Com atribuições referentes às **agendas marron e azul**, ficará encarregado do licenciamento ambiental; da outorga de uso da água; do licenciamento de fauna; do gerenciamento dos recursos hídricos; das ações de fiscalização ambiental, incluindo fauna e flora; dos procedimentos para regularização dos imóveis rurais; entre outros.

Estabelecimento de vínculos e parcerias com SIMEPAR, LACTEC e TECPAR para o direcionamento de demandas técnicas via Contratos de Gestão. O Batalhão de Polícia Ambiental – BPAMB deve ser fortalecido e articulado com o IAT para o exercício do controle

do patrimônio natural do território paranaense, bem como integrar o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.

Fortalecimento do Batalhão de Polícia Ambiental do Paraná Força Verde

Um dos desafios do Governo é a contratação de servidores e, quando se fala em servidores para atuarem na fiscalização, as dificuldades são ainda maiores. Exemplo é a atual estrutura do IAP, com pouquíssimos servidores e um quadro de fiscais que, além da escassez de recursos humanos, conta com limitações impostas pela legislação e acordos sindicais quanto a trabalho noturno, hora extra, porte de armas, risco de vida, e outros. Além disso, os fiscais se limitam a atuar somente na esfera administrativa. O resultado é uma estrutura de fiscalização muito limitada e pouco atuante.

Em contrapartida, a Polícia Militar conta com o Batalhão de Polícia Ambiental Força Verde – BPAmb FV, cujo efetivo é composto por policiais militares, treinados, equipados, armados e capacitados para exercer a fiscalização e proteção ambiental, diuturnamente, em todo o Estado e, mesmo com defasagem de efetivo, é a maior e principal força de fiscalização ambiental no Paraná, atuando nas esferas administrativas e criminais. O problema é que, com a atual legislação estadual, o BPAmb FV, para autuar infrações administrativas (multas) necessita de convênio com o IAP e tal condição, em gestões não comprometidas com a proteção ambiental, podem prejudicar a fiscalização ambiental no Estado, como infelizmente ocorreu nos últimos anos.

Sugere-se que, ao invés de investir na contratação de novos fiscais para o SEMA, há a opção de fortalecer juridicamente o BPAmb FV, reconhecendo-o como Órgão Seccional do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, por meio de Lei, o que implicará em autonomia para a lavratura de autuações administrativas sem ficar dependente de convênio com nenhuma instituição. Também há a necessidade de incrementar a estrutura do BP Amb FV, com a criação de um segundo Batalhão, porém tais recursos são da pasta da Secretaria de Segurança Pública (SESP). Ressalta-se que Meio Ambiente também é Segurança Pública.

Além disso, sempre que houver a contratação de novos policiais militares, o que ocorre periodicamente e com recursos da pasta da Segurança Pública, uma parcela pode ser direcionada para o BPAmb FV, garantindo assim a recomposição dos quadros da fiscalização ambiental. Aliando, desta forma, numa única contratação, o investimento em Segurança Pública e em Meio Ambiente, desonerando os institutos da estrutura SEMA para que direcionem e otimizem os servidores para as demais atividades de seus órgãos. A SEMA e a SESP ainda poderão firmar convênio para que, tanto o BPAmb FV quanto os novos institutos da SEMA, possam otimizar recursos humanos e materiais operando uma única estrutura para o processamento e julgamento das infrações autuadas, bem como para a arrecadação e aplicação das multas impostas.

Considerações:

As atribuições do IAP, ITCG e Instituto das Águas, que não tenham essenciais relevâncias ao setor público, poderiam ser repassadas às instituições parceiras ou mesmo à iniciativa privada. Já as atribuições de caráter público seriam remanejadas, mediante estudo técnico e jurídico e repassadas às novas instituições.

Esse novo arranjo tem por objetivo proporcionar uma divisão estratégica entre a atenção com a gestão ambiental mais geral (agenda marrom e azul), e a gestão da geo-

biodiversidade e clima (agenda verde), otimizando e modernizando as funções principais do Sistema SEMA, dentro de uma política de eficiência, qualidade, controle e transparência.

Um ponto de partida deverá ser reordenar o quadro de profissionais habilitados atualmente dispersos em diferentes autarquias públicas. O governo já conta com uma estrutura física e equipamentos bastante razoável, além de rubricas orçamentárias que podem suprir as demandas necessárias para o encaminhamento de atividades dentro de uma condição de excelência.

Mesmo com as limitações existentes, uma nova gestão com vontade política para permitir uma condição diferenciada à gestão ambiental, tem amplas possibilidades para conquistar esse objetivo.

DESAFIOS E PRIORIDADES DA NOVA AGENDA

▪ **Gestão**

- ✓ Estabelecer um novo modelo de gestão ambiental, reestruturando o Sistema SEMA, para que atuação com agilidade, funcionalidade, valorização do quadro técnico de carreira e retomada da credibilidade junto a população do Estado do Paraná;
- ✓ Promover a contratação de técnicos, por concurso público, para repor as perdas históricas de contingente do Sistema SEMA, em função do último concurso público ter sido realizado há quase 30 anos;
- ✓ Ampliar a estrutura da Polícia Militar Ambiental, criando o Segundo Batalhão de Polícia Ambiental, com a contratação de novos policiais;
- ✓ Proporcionar maior transparência às ações realizadas, estabelecendo diálogo com a sociedade organizada e aos vários órgãos e instituições de controle e fiscalização;
- ✓ Estabelecer como pressuposto da nova gestão a necessidade de articulação da agenda ambiental com os diversos setores produtivos, na forma de mais um ativo econômico;
- ✓ Criar um painel “big data”, com o máximo possível de indicadores ambientais e de sustentabilidade, para não só contribuir com a transparência, mas também com a tomada de decisão dos poderes públicos, estadual e municipal;
- ✓ Implementar ações de Educação Ambiental como instrumento de prevenção e mudança de comportamento com políticas específicas para as áreas rurais e as áreas urbanas;
- ✓ Implementar o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Paraná.

▪ **Licenciamento Ambiental**

- ✓ Implementar o Licenciamento Ambiental eficiente e desburocratizado, garantindo processos qualificados e consistentes, e que não sejam sujeitos a questionamentos jurídicos que possam acarretar em grande demora e atrasos e/ou riscos ao ambiente e a

população;

- ✓ Revisar a necessidade de instâncias de análise que podem ser desnecessárias e burocráticas, priorizando os pareceres técnicos em diversas modalidades, a exemplo do Conselho do Litoral, instância que se tornou meramente política, e que pouco efetivamente contribui atualmente com a qualidade do licenciamento, desviando-se de sua função original de planejamento e ordenamento territorial.

▪ **Proteção do Patrimônio Natural**

- ✓ Dar amparo à proteção do patrimônio natural do Estado a partir de um efetivo sistema monitoramento contínuo por geotecnologias e de controle;
- ✓ Estabelecer incremento ao turismo de natureza, estruturando as Unidades de Conservação existentes e estimulando negócios voltados à visitação para o lazer, pesquisa e conservação das áreas naturais, garantindo seu reconhecimento, valorização e a proteção do seu patrimônio natural e proporcionando geração de renda e empregos locais;
- ✓ Estimular a criação e manutenção de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN;
- ✓ Estabelecer parcerias, incluindo as parcerias público-privadas, para a gestão de Unidades de Conservação;
- ✓ Incrementar ações em parceria com o setor agropecuário com foco na agricultura de baixo carbono, na redução constante de defensivos agrícolas, no ordenamento e zoneamento de Reservas Legais e APP para a formação de pequenos corredores, no fortalecimento da produção orgânica e consequente agregação de valor, e na conservação e proteção dos recursos hídricos;
- ✓ Promover a articulação da indústria, do comércio e principalmente da agropecuária visando atuação conjunta e com compromissos para a proteção e restauração de áreas naturais;
- ✓ Implementar a legislação da vegetação nativa (Código Florestal e Lei da Mata Atlântica) estimulando e orientando proprietários a ajustarem-se à legislação por meio do Sistema do Cadastro Ambiental Rural - SICAR;
- ✓ Estimular e priorizar investimentos em mecanismos econômicos de conservação inovadores como o de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

▪ **Mudanças Climáticas**

- ✓ Assumir papel de liderança nacional e internacional em programas voltados ao equilíbrio climático, implementando prioritariamente: um sistema de monitoramento de emissões de gases de efeito estufa; um programa de estímulo à redução de gases de

efeito estufa; projetos de captação de recursos financeiros nacionais e internacionais para mitigação e adaptação às mudanças climáticas;

- ✓ Estabelecer parcerias internacionais, de recursos financeiros nacionais e internacionais para mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

▪ **Meio Ambiente Urbano**

- ✓ Elaboração e implantação de Programa Cidades Resilientes, visando a garantia e a ampliação das áreas verdes urbanas bem como a correta destinação de resíduos;
- ✓ Estabelecer agendas compartilhadas com instâncias responsáveis para um amplo programa de coleta e tratamento de esgoto e resíduos, principalmente no entorno de mananciais e unidades de conservação.
- ✓ Estimular a implementação de projetos de *Smart Cities* e a implantação de tecnologia na gestão e segurança portuária – *Smart Ports*.

RESULTADOS ESPERADOS

▪ **Gestão Ambiental e Controle**

1. Monitoramento e estímulo à redução e compensação de emissões de gases de efeito estufa.
2. Processo de licenciamento mais ágil em especial para projetos de baixo impacto.
3. Sistema de transparência da gestão ambiental, aportando dados sobre a legislação, monitoramento, fiscalização e licenciamento.
4. Redução de geração de resíduos, inclusive no controle geral do uso de embalagens e incremento em processos de reciclagem e reaproveitamento de resíduos.
5. Controle do uso de agrotóxicos, fomento e incentivo a novos métodos agro-ecológicos e monitoramento da qualidade e do abastecimento de água.
6. Sistema de monitoramento remoto via CAR para coibir desmatamentos e outros ilícitos, atrelado ao trabalho de campo do BPAmb.
7. Instalação ou instituição permanente de um gabinete de controle de crise ambiental e controle de riscos naturais, inclusive envolvendo a Defesa Civil, ligado diretamente ao Gabinete do Governador. Uma das tarefas seria a recomendação de ações em crises presentes e estudos de crises futuras.

▪ **Estímulo para Novos Negócios**

8. Incremento de práticas direcionadas a **Soluções baseadas na Natureza – SbN** que são ações inspiradas ou copiadas da natureza, para resolverem os desafios ambientais, sociais e econômicos.

9. Incremento a negócios de impacto (conceito em que o resultado econômico deve vir em conjunto com ganhos sociais e ambientais), locais e regionais, envolvendo a conservação da natureza para a visitação turística e a geração de empregos.

10. Sedimentação evitada em parceria com as empresas de energia hidrelétrica.

11. Dragagem evitada na região costeira em parceria com as empresas portuárias.

11. Cidades Resilientes para a proteção e restauração de cinturões verdes, atrelado a mecanismos de estímulo financeiro.

12. Grande Reserva da Mata Atlântica – último remanescente contínuo deste bioma no Brasil, em parceria com os estados de Santa Catarina e São Paulo, criando um destino internacional de turismo de natureza.

▪ **Fomento para Ações de Conservação**

13. Incentivos e incremento dos programas em andamento, visando a criação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) a nível municipal, estadual e federal, criando um diálogo e agenda entre estas três esferas.

14. Organização e maior transparência na utilização dos recursos do FEMA – Fundo Estadual de Meio Ambiente, direcionando sua aplicação em projetos de conservação, educação ambiental e fortalecimento dos procedimentos de monitoramento e fiscalização ambiental.

15. Criar Fundo Privado de Compensação Ambiental, de forma a cumprir a previsão legal do Artigo 36 da Lei Federal N.º 9.985/2000 e Lei Federal N.º 13.668/2018, destinando importantes recursos para a conservação e implementação de Unidades de Conservação, além de possibilidade de ampliação do sistema de unidades, criando novas áreas.

16. Estabelecimento de mecanismos eficientes de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), estabelecendo parcerias entre o setor público e privado, gerando renda e incrementando a conservação de áreas naturais e recursos hídricos.

17. Estabelecimento de parcerias para a conservação de terras privadas, criando incentivos de forma a ampliar nossas áreas naturais protegidas com apoio dos proprietários rurais.

18. Implantação de políticas de conservação e incremento dos recursos do ICMS Ecológico, de forma mais transparente e objetiva, focando o incremento e melhorias das áreas naturais protegidas e garantindo a proteção de nossos mananciais de abastecimento público.

19. Criação do Fundo Estadual de Conservação da Biodiversidade, gerido pelo Instituto da Geo-Biodiversidade e Clima- IGBC.

▪ **Educação, capacitação e conscientização**

20. Garantia da implementação de programas de valorização dos profissionais que atuam no setor público na área do meio ambiente e do turismo através da qualificação e capacitação e promoção da criação de um centro de referência em conservação da natureza para formação de gestores das UC e de guarda-parques.

21. Implementação de educação para conservação da natureza para os diversos setores da população paranaense.

22. Incentivo ao trabalho voluntário envolvendo a sociedade para sensibilizar e conscientizar quanto aos benefícios da conservação dos ambientes naturais.

▪ **Manejo do Patrimônio Natural**

23. Implantação de Centros de Triagem, Monitoramento e Reintrodução de espécies ameaçadas de flora e fauna.

24. Monitoramento de longo prazo de espécies ameaçadas e vulneráveis da fauna e flora paranaense.

25. Realização, execução e atualização dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Estaduais, estabelecendo ações de regularização fundiária dessas UC e parcerias com empresas locais para apoio e manejo.

26. Identificação de áreas prioritárias para a criação de novas Unidades de Conservação e áreas da restauração ambiental.

27. Efetivação do monitoramento e o controle de espécies exóticas invasoras da fauna e da flora.

▪ **Conservação dos Recursos Hídricos**

27. Gestão da água, superficial e subterrânea, com proposta de recuperação de nascentes e matas ciliares e de galeria; modernização e controle de outorgas de uso da água.

28. Estabelecimento de estratégias sólidas para garantir a melhoria da qualidade de bacias hidrográficas, principalmente os mananciais.

29. Estabelecimento de um Programa Estadual de Conservação de Mananciais, especialmente de abastecimento público visando a segurança hídrica.

30. Restauração ecológica em APP, regiões de mananciais, áreas prioritárias para a conservação, corredores ecológicos, etc.

IV. PROGRAMA DE PRODUÇÃO DE NATUREZA

A seguir, proposta denominada “**O Paraná e a Produção de Natureza: Biodiversidade, Clima e Turismo**”, uma contribuição técnica mais detalhada para dar insumos à nova gestão governamental que se inicia em 2019. Representa uma forma de apoio de cunho eminentemente voltado ao interesse público. Nesse sentido, os autores desse documento se colocam ao inteiro dispor da nova gestão para dar seguimento à colaboração ofertada.

Esta proposta será encaminhada à ONU (PNUMA e PNUD), UNESCO, Pacto Global, Programa de Cidades, Comissão Europeia dos Direitos do Homem e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e outras entidades internacionais da área de meio ambiente e conservação da natureza, bem como ao FMI, Banco Mundial, BID e aos bancos brasileiros signatários dos Princípios do Equador e/ou Protocolo Verde: Banco do Brasil, Banco Central do Brasil, BNDES, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Itaú Unibanco.

O PARANÁ E A PRODUÇÃO DE NATUREZA: BIODIVERSIDADE, CLIMA E TURISMO

1. CONCEITOS

Segundo Peres (2018)², “em um mundo predominantemente urbano a **Produção da Natureza** é uma maneira possível de recuperar a integridade ecológica de nossas áreas naturais, enquanto estas servem como motores de um ressurgimento econômico e social em regiões rurais desfavorecidas”.

O conceito de **Produção de Natureza** faz sentido quando as áreas naturais (de propriedade pública, privada ou comunitária) com suas espécies nativas, em especial a abundante fauna silvestre que pode ser vista mais facilmente, atuam como espetáculos naturais que servem de base para uma indústria de ecoturismo que gera uma nova **economia restaurativa** que beneficia as comunidades locais e promove o apoio público para a manutenção no longo prazo de parques e animais selvagens.

Sob essa lógica, cria-se um círculo virtuoso (Figura 1) que promove a resiliência ecológica, social e política dos ecossistemas naturais e das sociedades humanas que vivem dentro ou ao redor deles.

A partir desse momento, continuamos falando sobre conservação, não como uma alternativa à produção, mas como uma produção alternativa que gera uma série de bens e serviços. O debate não será mais entre produção ou conservação, mas entre tipos de usos

² Pérez, I. J. 2018. **Producción da Naturaleza**, The Conservation and Trust. Argentina.

produtivos, dentro do mesmo território e que geram a maior quantidade de benefícios para a sociedade em geral.



Figura 1. Ciclo virtuoso para a Produção de Natureza

Alguns fatores merecem ser destacados:

- Este tipo de produção tem maior importância principalmente em áreas que não são aptas a métodos produtivos tradicionais (commodities, indústria, grandes cidades, etc.);
- O foco é na melhoria da qualidade de vida da população e não no aumento do PIB³ (Produto Interno Bruto, receita total gerada por um município, estado ou país) municipal ou regional;
- Atualmente existe uma demanda alta e crescente⁴ proveniente principalmente de grandes centros urbanos por atividades na natureza organizadas e com segurança;
- Os Parques africanos nos mostram como é possível melhorar as condições de vida de toda uma comunidade com base em ecossistemas bem preservados⁵;
- Os Parques costarriquenhos nos mostram como a valorização de áreas naturais conseguem guiar um país unicamente agrícola produtor de banana e café para uma economia baseada em serviços e tecnologia⁶;
- Os Parques norte-americanos nos mostram o real potencial de impacto econômico de Unidades de Conservação funcionando a pleno vapor⁷;

³ O aumento do PIB não reflete obrigatoriamente na melhoria de qualidade de vida da população. Um município como Paranaguá, por exemplo, tem PIB de R\$7 bi e IDH 0,750 enquanto Pontal do Paraná tem PIB R\$ 0,45bi e IDH 0,740. Fonte: IBGE, 2017.

⁴ Um exemplo é o aumento da taxa de visitação de Parques Nacionais no Brasil em 30% entre 2016 e 2017. Fonte: <https://bit.ly/2MRo7yc>

⁵ O turismo de gorilas em Ruanda custa US\$ 500,00 por hora por pessoa e este recurso é investido na comunidade de entorno e na conservação da espécie. Fonte: <https://doi.org/10.1080/0376835X.2010.522828>

⁶ Fonte: <https://www.costarica.com/business/costa-rican-economy>

⁷ Fonte: <https://www.nps.gov/subjects/socialscience/upload/Visitation-historic-and-top-10-sites-2017.pdf>

- O ecoturismo atualmente em vigor no Pantanal mostra que, já existem exemplos no Brasil que vem trazendo bons resultados e transformando uma região, por meio do turismo baseado na observação de fauna selvagem e belezas cênicas⁸.

2. CENÁRIO ATUAL

Nos últimos anos, em todo o mundo, um significativo avanço é observado no reconhecimento da importância da conservação da biodiversidade e do equilíbrio climático em relação aos desafios atuais de desenvolvimento. A necessidade da introdução de novos critérios para estabelecer padrões aceitáveis de crescimento econômico compatível com a manutenção do Patrimônio Natural já é uma preocupação concreta de governos e corporações privadas.

Desde o evento da Rio-92, uma série continuada de discussões envolvendo o tema da Conservação da Biodiversidade e das Mudanças Climáticas denota a gravidade de um cenário previsível ao longo de mais algumas décadas, que demanda iniciativas abrangentes para minimizar os riscos decorrentes da degradação ambiental no Planeta.

Notadamente, a inclusão destes temas cruciais da área ambiental para dentro da esfera das estratégias governamentais e, em especial, na agenda dos negócios, permite a construção de uma visão muito mais pragmática relacionada com a necessidade de investimentos para fazer frente as perdas causadas pela degradação ambiental.

Existem informações suficientes para se afirmar que *“os serviços prestados pelos diferentes ecossistemas do planeta têm um grande valor econômico; eles podem valer até trilhões de dólares. A inclusão desses serviços e valores em políticas públicas pode ajudar as cidades e autoridades a economizar dinheiro e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade de vida, garantir meios de subsistência da população, gerar empregos e, assim, impulsionar a economia local”*. Essa é a conclusão de um estudo internacional intitulado TEEB (sigla em inglês para A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade) para Políticas Locais e Regionais, que foi lançado simultaneamente no Brasil, Bélgica, Índia, Japão e África do Sul. O TEEB para Políticas Locais e Regionais faz parte de uma série de cinco relatórios interligados, que incluem o Relatório sobre Fundamentos Ecológicos e Econômicos, o TEEB para Tomadores de Decisão e o TEEB para o Setor de Negócios.

No Brasil a conversão do uso do solo é responsável por 75% das emissões de gases de efeito estufa. O que nos coloca na posição de quinto maior emissor de gases de efeito estufa de todo o Planeta. O aquecimento global é mais um fator de ameaça a Biodiversidade em função de eventos extremos e alteração de habitat. E a supressão de áreas naturais é o fator de maior relevância para a perda da biodiversidade em nosso País, ameaça ainda longe de apresentar um equacionamento. É evidente a necessidade de implantação de novas ferramentas para fazer frente a estes desafios, é o Estado do Paraná tem amplas possibilidades para assumir uma posição de liderança em relação a esta agenda.

Um dos eventos do TEEB foi organizado pela cidade de Curitiba, em 2010, em conjunto com o Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente (PNUMA), Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), Fundação Avina, Unilivre e o Programa Global

⁸ Turismo de onças vale 56 vezes mais que prejuízo com gado Fonte: <https://bit.ly/2AIYjQM>

Canopy.

Reconhecendo que a biodiversidade é fundamental para a manutenção dos serviços ambientais utilizados pelo homem para todas suas atividades, surge o desafio de integrar a conservação da natureza dentro de sistemas produtivos e no dia a dia dos cidadãos. Este é o maior desafio para se buscar um desenvolvimento sustentável.

O Paraná está assumindo um compromisso histórico, alçando a um grau de prioridade inédito, os temas da Conservação da Biodiversidade e o Combate ao Aquecimento Global. O Programa *Paraná Viva Verde* chega como uma resposta efetiva para fazer frente aos enormes desafios que o estado enfrenta para conciliar sua luta pela qualidade de vida e pelo desenvolvimento econômico com princípios voltados à conservação do Patrimônio Natural.

A vegetação original e a perda de biodiversidade no Paraná

O processo de uso e ocupação do solo no Paraná, calcado na expansão horizontal e maximização do uso da propriedade, acarretou a redução e degradação dos ambientes naturais. Dados apontam que a cobertura florestal é de aproximadamente 17,58% da área do Estado, sendo que apenas 2,88% são de floresta em estágio avançado de sucessão, ou seja, de áreas naturais bem conservadas. Esses remanescentes continuam seriamente ameaçados pela pressão exercida para a exploração de espécies nobres e para o aumento da área de produção no interior de cada imóvel. Esses dados mostram uma realidade (situação) crítica que, mais que desoladora, aponta para a necessidade de ações mais concretas, visando a efetiva proteção desses parques e ameaçados remanescentes naturais.

No Paraná, onde 97,36% do território é considerado de domínio do Bioma Mata Atlântica, entre 2008 e 2010 houve um decréscimo de 3.248 ha, apontado para uma cobertura florestal de 1.960.644 (9,97%) em 2010, considerando os remanescentes florestais maiores que 3 ha (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INPE, 2010).

Em 2009, o estudo coordenado por Ribeiro *et al.* (2009), publicado em uma edição especial da revista *Biological Conservation* dedicada ao bioma Mata Atlântica, constatou uma cobertura florestal entre 11,4% e 16%.

Como consequência de todo processo de ocupação desordenada do Paraná, ocorreu um processo de fragmentação dos ecossistemas naturais e sua insularização. Estima-se que, a partir de um número aproximado de 7.000 espécies vegetais ocorrentes no Estado, cerca de 70% (5.000) têm hoje seus ambientes depauperados a ponto de colocar em risco os processos de interação e interdependência dos ecossistemas. A *Lista Vermelha de Plantas Ameaçadas de Extinção no Estado do Paraná* relaciona 593 dessas espécies, consideradas em situação crítica (PARANÁ, 1995) e a *Lista Vermelha de Animais Ameaçados de Extinção do Estado do Paraná* aponta 21 espécies de mamíferos, 117 espécies de aves, 12 de répteis e 17 de borboletas nesta condição (MIKICH; BÉRNILS, 2004). O fato conclusivo é que ações para deter o desmatamento e recuperar estes ambientes são necessárias.

As áreas remanescentes continuam sendo degradadas e algumas estão em estado crítico, como a Floresta Ombrófila Mista – FOM ou Floresta com Araucária. A pressão sobre estes remanescentes não tem controle e está destruindo as últimas áreas muito rapidamente. São vários os estudos que indicam a FOM como criticamente ameaçada e de

alto grau de prioridade para conservação. O último levantamento da cobertura florestal desse ecossistema no Paraná foi o PROBIO Araucária, cujos resultados demonstraram uma cobertura florestal de apenas 0,8% da área total em estágio avançado de regeneração, 14,47% em estágio médio e 14,04 em estágio inicial (CASTELLA & BRITTEZ, 2004). Assim, muitos fragmentos de floresta acham-se total ou parcialmente descaracterizados por incêndios, vendavais, invasão de cipós e taquaras, invasão de espécies exóticas, pastoreio, efeito de borda e corte seletivo de árvores, entre outras causas, tendo ocorrido perda de qualidade de ambientes (PARANÁ, 2006).

Fragilidades e necessidade de uma política ambiental sólida

Frente a esse cenário, deve-se reconhecer que o Estado vem perdendo biodiversidade e os serviços ecossistêmicos paulatinamente estão pressionados e deteriorados. Aliada a isso, a constatação de tarefas não cumpridas em gestões passadas, podem colocar o Estado em risco imediato de perda drástica de qualidade de vida. A constatação de que as políticas ambientais das gestões passadas não foram baseadas em planejamento estratégico, implica em alguns problemas estruturais. Além disso as estruturas atuais das instituições e os mecanismos de controle são criticamente insuficientes e precisam de fortalecimento e de inovação. Não existem ações de monitoramento minimamente adequadas para avaliar as condições dos ambientes naturais do Paraná. Assim, programas que tem prazos determinados e recursos que findam, não deve ser o alicerce de uma Política de Conservação que pretenda ser efetivada de forma contínua e a longo prazo.

O atual estado de fragilização dos remanescentes naturais e consequentemente da perda de biodiversidade e depauperação dos serviços ecossistêmicos, reflete-se diretamente na perda de qualidade de vida da população. A perda da biodiversidade, em todo o mundo, passa ser uma das maiores ameaças para a humanidade, juntamente com as mudanças climáticas. É crítico desenvolver ações em escala e determinadas a atingir demandas prioritárias. São emergenciais e precisam estar lastreadas tecnicamente.

Desta forma é requerida uma mudança drástica no paradigma de que o desenvolvimento só é obtido com o ônus da perda de biodiversidade e serviços ecossistêmicos de qualidade. A base desta mudança está na importância em se considerar de maneira equilibrada demandas sociais, econômicas e ambientais, na qual a conservação da biodiversidade precisa ser enxergada como "parte dos negócios" e parte das ações de "melhoria da qualidade de vida".

Este cenário propicia uma mudança corajosa transformando a conservação da biodiversidade numa prioridade e revertendo cenários negativos com a possibilidade de representar atração de novos negócios e visibilidade sem precedentes.

O Paraná pode ser detentor de uma efetiva vontade política para colocar em prática, pela primeira vez em sua história, um verdadeiro programa de valorização da natureza de adaptação e mitigação frente as mudanças climáticas.

Pontos de Destaque

- ✓ A perda da biodiversidade, juntamente com as mudanças climáticas representa em todo o mundo as maiores ameaças para a humanidade.
- ✓ O reconhecimento da importância da conservação da biodiversidade nos negócios está crescendo rapidamente.
- ✓ As estruturas das instituições ambientais do Sistema SEMA necessitam ser reformuladas, aparelhadas, de incremento de pessoal, fortalecimento e de inovação.
- ✓ A biodiversidade é fundamental para a manutenção dos serviços ambientais utilizados pelo homem para todas suas atividades.
- ✓ Não existem ações de monitoramento minimamente adequadas para medir as condições dos ambientes naturais do Paraná.
- ✓ As ações dos setores privados e os Investimentos públicos em turismo na natureza e de aventura são muito limitadas e os privados, praticamente inexistentes.
- ✓ O Sistema de Unidades de Conservação não é representativo e necessita ser ampliado com a criação de novas unidades. As UC existentes precisam melhorias e integração com a comunidade.
- ✓ O incremento em grande escala empreendimentos demandam intensivo e cuidadoso processo de licenciamento, processos que atualmente são morosos e que podem representar perdas financeiras além de um grande impacto para a biodiversidade.
- ✓ No Paraná restam poucos remanescentes florestais em qualidade, e a pressão sobre os fragmentos especialmente sobre a Floresta com Araucária representa séria ameaça não só a árvore símbolo do Paraná como a todas as espécies da fauna e flora.
- ✓ A Grande Reserva Mata Atlântica, último grande remanescente contínuo deste bioma entre os estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, com mais de 3,8 milhões de hectares, abriga uma enorme geo-biodiversidade além de comunidades tradicionais únicas. O desenvolvimento econômico nessa região tem na Produção de Natureza a sua maior fonte.

3. CENÁRIO ESPERADO

- ✓ O avanço com uma legislação apurada para reger as Parcerias Público Privada bem como de Pagamento de Serviços Ambientais lastreia uma estratégia de valorização e uso turístico dos últimos remanescentes bem conservados de diversos ecossistemas naturais paranaenses.
- ✓ Um portfólio de ações pode ser demonstrado publicamente no curto prazo, garantindo

ampla condição de posicionamento do Paraná no cenário nacional e internacional. O lançamento do “Programa Veja o Verde” poderá ser um marco histórico para a conservação do meio ambiente no estado do Paraná.

- ✓ Mecanismos de gestão de recursos governamentais e a inclusão de estratégias inovadoras para captação de recursos privados garantirão o orçamento para a execução do Programa.
- ✓ Participação efetiva da sociedade e do setor privado no processo de conservação das áreas naturais, com a apropriação social da biodiversidade e repartição dos benefícios desta conservação.
- ✓ A iniciativa Grande Reserva da Mata Atlântica se consolida como um destino internacional de turismo de natureza, contribuindo efetivamente para a economia regional, para a proteção do patrimônio natural e para a qualidade de vida dos paranaenses.

4. INCENTIVO AO TURISMO DE NATUREZA - GRANDE RESERVA DA MATA ATLÂNTICA

A Mata Atlântica é um dos biomas mais ameaçados do mundo e foi o primeiro bioma brasileiro a ser assegurado por legislação específica - Lei da Mata Atlântica N.º 11.428/2006, principal instrumento para a sua proteção. Esta importância deve-se ao fato dela ser a mais rica, em termos de biodiversidade, entre as florestas tropicais úmidas do planeta: reúne 15% de todas as formas de vida animal e vegetal do mundo. Com alto grau de endemismo, 8 mil espécies de plantas ocorrem somente na Mata Atlântica. De importância vital para aproximadamente 145 milhões de brasileiros, que vivem em seu domínio e concentram aproximadamente 70% do Produto Interno Bruto (PIB), o bioma é também um dos mais ameaçados do mundo. Cobria originalmente 1,3 milhões de quilômetros quadrados, incluindo ambientes variados ao longo de sua área de ocorrência, e hoje restam apenas 8,5 % de remanescentes florestais, acima de 100 hectares (SOS Mata Atlântica, 2018).

O maior contínuo de Mata Atlântica atualmente está localizado na região costeira dos estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (Figura 2), totalizando mais de 3,8 milhões de hectares, incluindo ambientes marinhos e continentais. Esta região abriga uma parte significativa das espécies encontradas no bioma como um todo: 40% da flora; 55 das 250 espécies de mamíferos; 180 das 1020 espécies de aves; 60 das 197 espécies de répteis; 90 das 340 espécies de anfíbios; 133 das 350 espécies de peixes.

Com o objetivo de realizar a conservação plena deste último grande remanescente contínuo nasceu a iniciativa chamada **Grande Reserva Mata Atlântica (GRMA)**, que busca integrar a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento regional numa mesma agenda. O conceito chave é a Produção de Natureza, onde as áreas protegidas trazem benefícios para as comunidades locais a partir de oportunidades de negócios, geração de renda e capacitação jovens para empreender na região, utilizando-se dos pontos fortes do território (diversidade de ambientes, biodiversidade, diversidade cultural, importância

histórica) de forma sustentável no longo prazo (pois não há extrativismo nem depredação dos produtos) e democrática (acessível a todos). É evidente que a região carece de investimentos, tanto públicos quanto privados. A proposição de um sentido de união e conjunto tem o objetivo de fortalecer a região de uma forma geral e todas as instâncias alinhadas com esse conceito, dentro do seu território.

Destaca-se o fortalecimento de ações integradas já desenvolvidas por atores (públicos, privados, não governamentais e academia) locais, estaduais, nacionais e internacionais para promover o desenvolvimento da região, levando em consideração sua vocação de conservação da biodiversidade e cultura regional. Assim, esta iniciativa surge como uma proposta de trabalho em rede, onde atores de todas as áreas têm a possibilidade de se beneficiar de uma marca nacional e internacionalmente reconhecida. Isso só será possível se, em todos os setores, existirem pessoas e instituições articuladas e bem pautadas em promover a GRMA de forma integrada.

Setores da GRMA

Devido ao grande território, 3.889.824 ha, a GRMA foi subdividida em cinco Setores:

- **Setor Serra do Mar Sul:** Setor que inclui toda o contínuo em SC (Serra da Dona Francisca, Itapoá e Baía de São Francisco), além do litoral e Serra do Mar sul do Paraná (Guaratuba, Matinhos, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul);
- **Setor Serra do Mar Lagamar:** Setor central da GRMA. Inclui o litoral norte do Paraná e seu limite a oeste acompanha a Serra do Mar;
- **Setor Alto Montana e Araucárias:** Vertente a oeste da Serra do Mar que inclui áreas de Floresta com Araucária e também os mananciais da cidade de Curitiba;
- **Setor Lagamar Norte:** Inclui os municípios do litoral sul de São Paulo, de Cananéia até Peruíbe.
- **Setor Alto Ribeira:** Remanescente florestal que acompanha a Serra do Mar se deslocando ao norte pelo estado de São Paulo. Inclui municípios da divisa dos estados de PR e SP no Vale do Ribeira e se estende continuamente até a região metropolitana da cidade de São Paulo.

GRMA em Números:

- 3 Estados – São Paulo, Paraná e Santa Catarina
- 46 municípios com parte ou toda a sua área dentro do território
- 39 Unidades de Conservação, sendo 33 de Proteção Integral e 6 de Uso Sustentável
- Área de Baía: 87.911 ha
- Área sem vegetação nativa: 157.349 ha
- Área de UC de Proteção Integral: 526.963 ha
- Área de floresta contínua: 1.873.274 ha
- Área terrestre total: 2.030.623 ha
- Área marinha: 1.859.201 ha
- Área TOTAL: 3.889.824 ha



Figura 2. Mapa geral da Grande Reserva Mata Atlântica. FONTE: LabSig SPVS e Andrés Stubeldt

Portais da GRMA

Por ser um meio econômico de baixo impacto ambiental e representar fortemente a Economia Restaurativa, o ecoturismo figura como o principal ativo da região, com grande potencial tanto de expansão quanto para melhorar a qualidade de vida da população local. Para ter acesso aos atrativos naturais, o visitante precisa passar pelos Portais da região. O Portal, por definição, é uma porta de entrada (física ou não) que conecta o visitante com o território. Na região central da GRMA os Portais foram divididos com o objetivo de contemplar toda a diversidade de atrativos do território, para isso deve oferecer no mínimo dois dias completos de atividades turísticas. No Setor Serra do Mar Lagamar, inicialmente,

São cinco Portais:

- **Portal Graciosa:** Antiga rota de tropeiros que liga o planalto ao litoral paranaense, a Estrada da Graciosa atravessa o coração da Mata Atlântica e é uma das rotas cênicas mais bonitas de todo o Brasil. Pelo Portal Graciosa, o visitante tem acesso à magníficas paisagens e à duas das mais importantes cidades históricas do estado, Antonina e Morretes. Cada uma com atrações únicas: culturais, gastronômicas, históricas e, principalmente, naturais. O Pico Marumbi, berço do montanhismo no Brasil, também está neste portal. Principais UCs: PE do Pico Marumbi, AEIT do Marumbi, PE Pau Oco, PE da Graciosa, PE Roberto Ribas Lange, RPPN da Pousada Graciosa, RPPN Vô Borges.
- **Portal Vale do Gigante:** O Portal que dá acesso aos atrativos da região rural de Antonina, faz alusão ao “gigante deitado” formado pelo conjunto de montanhas do Pico Paraná. Aqui o visitante terá acesso à um número crescente de experiências autênticas em meio à Mata Atlântica bem conservada. A produção agrícola tradicional, os rios cristalinos, a cultura, a gastronomia única e a grande biodiversidade são os pontos fortes deste local. Principais UCs: RN das Águas, RN Guaricica, ReBio Bom Jesus, APA de Guaraqueçaba.
- **Portal Guaraqueçaba:** Primeira cidade do Estado do Paraná, fundada em 1545, Guaraqueçaba é um berço cultural, histórico e de biodiversidade. Neste portal, o visitante terá acesso à sede e à área rural deste município que esbanja uma paisagem exuberante, mesclando montanhas cobertas de florestas e a Baía de Guaraqueçaba repleta de botos e guarás. Principais UCs: APA de Guaraqueçaba, RN Salto Morato, RN Papagaio-de-Cara-Roxa, EsEc Guaraqueçaba.
- **Portal Superagui:** Portal que contempla e dá acesso não apenas a Ilha de Superagui, mas também a outros locais dentro da Baía de Guaraqueçaba, como a Ilha das Peças, Ilha Rasa, Ilha das Gamelas, Baía das Laranjeiras e Ilha do Pinheiro. Este destino único une experiência de baía e praia, com espécies endêmicas como o papagaio-de-cara-roxa e o mico-leão-da-cara-preta, além do belo guará, que retornou ao litoral paranaense em 2007. Principais UCs: PN de Superagui, RPPN Sete Quedas do Sebuí.
- **Portal Ilha do Mel:** Destino tradicional de turistas no Estado do Paraná, Pontal do Paraná e a Ilha do Mel reúnem paisagens paradisíacas. A Ilha do Mel está posicionada estrategicamente na entrada da Baía de Paranaguá e em frente a Pontal do Paraná. Apresenta opções de praia, baía, hospedagens para todos os gostos e gastronomia com muitos frutos do mar. Quase a totalidade da ilha está dentro de duas unidades de conservação, Parque Estadual e Estação Ecológica, que ocupam seu território. Principais UCs: EE Ilha do Mel, PE Ilha do Mel.

importância biológica extrema e de alta fragilidade ambiental. Essa biodiversidade se apresenta assim como uma grande oportunidade para turismo da natureza e servir de grande valor econômico e geração de emprego e renda.

No âmbito das Unidades de Conservação, além de incrementar ações para ampliação das áreas protegidas de Proteção Integral, propomos a priorização de ações e melhorias nas nossas principais Unidades de Conservação com uso público, permitindo a sociedade paranaense opções de lazer e educação ambiental, a exemplo do Projeto Parque Escola. Destarte, de forma inédita e sem precedentes, o Paraná poderá apresentar aos demais estados do Brasil, e ao mundo, um programa de conservação da biodiversidade inovador em toda sua concepção e lastreado por um embasamento técnico científico e que proporcionará uma nova visão do turismo de natureza e de aventura.

O Programa de Produção de Natureza ao se propor como uma política ambiental sólida e como agente reversor da perda de biodiversidade e qualidade dos serviços ecossistêmicos, assume compromissos com a precisão técnica e conceitual e com os resultados pretendidos constitui um marco histórico para a conservação do meio ambiente, tendo o princípio da valorização da natureza por meio do turismo e estratégias de valorização dos ambientes naturais. Uma das principais e mais importantes características do Programa é a de se constituir, também, em agente aglutinador e promotor de articulações institucionais, necessárias ao sucesso na implementação de um novo modelo de conservação da biodiversidade.

As iniciativas inovadoras já em curso no Paraná agregadas a outras ações complementares serão potencializadas a partir da execução do Programa. A região da APA de Guaraqueçaba, inserida na Grade Reserva da Mata Atlântica, apresenta uma agenda madura e consolidada de ações previstas para tornar-se um exemplo internacional de conservação e desenvolvimento dentro de avançados conceitos de Economia Verde e pode com facilidade ser potencializada pelo programa.

Ciente das limitações orçamentárias, da urgência em soluções para recuperação de passivos ambientais, e da urgência em implementação de ações para evitar mais perda de biodiversidade, o Programa considera a priorização de suas ações em bases técnica e estrutural, onde prioriza mecanismos de captação, mudanças organizacionais, contratações, parcerias dentre outras.

Considerando os resultados apontados como necessários, o Programa foi dividido em sete programas técnicos. Os respectivos eixos temáticos de cada um, contendo objetivo, estratégia, resultados esperados e atividades, estão detalhados a seguir.

- I. BIODIVERSIDADE E TURISMO**
- II. RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS**
- III. INCENTIVOS À CONSERVAÇÃO e TURISMO DE NATUREZA**
- IV. MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
- V. MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL**
- VI. EDUCAÇÃO AMBIENTAL**
- VII. CAPACITAÇÃO E PESQUISA CIENTÍFICA**
- VIII. READEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

I. BIODIVERSIDADE E TURISMO

OBJETIVO GERAL:

Contribuir para a conservação da biodiversidade por meio do planejamento da paisagem, da proteção de remanescentes de vegetação natural, manejo de espécies de especial interesse para a conservação, criação e implementação de Unidades de Conservação e conservação de Áreas Estratégicas para a Biodiversidade no Paraná.

EIXOS TEMÁTICOS DO PROGRAMA – COMPONENTES:

1. PLANEJAMENTO DA PAISAGEM
2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TURISMO
3. AMBIENTES NATURAIS NÃO PROTEGIDOS
4. CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES DE RELEVANTE INTERESSE (FAUNA E FLORA)
5. CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS (EEI)

COMPONENTE 1: PLANEJAMENTO DA PAISAGEM

OBJETIVO: Promover condições favoráveis à conservação no nível da paisagem e à manutenção dos processos ecológicos nos ambientes naturais.

ESTRATÉGIA: Gestão do território

RESULTADOS ESPERADOS:

- a. Nível de proteção dos ecossistemas avaliados*
- b. Iniciativa privada e sociedade incluída na gestão territorial*

ATIVIDADES PARA ALCANÇAR OS RESULTADOS:

- a. Nível de proteção dos ecossistemas avaliados*
 - ✓ Diagnosticar a situação atual;
 - ✓ Resgatar a informação da cobertura vegetal original do Estado;
 - ✓ Atualizar o mapeamento das áreas estratégicas para conservação e recuperação da biodiversidade;
 - ✓ Elaborar planos de gestão de paisagens;
 - ✓ Levantar as ações prioritárias;
 - ✓ Elaborar Planos de Ordenamento Territorial ZEE.
- b. Iniciativa privada e sociedade incluída na gestão territorial*
 - ✓ Desenvolver mecanismo de incentivos a criação de RPPN – PSA;
 - ✓ Viabilizar parcerias com a iniciativa privada visando a gestão de UC públicas.

COMPONENTE 2: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TURISMO

OBJETIVO: Gerenciar e incrementar o SEUC estabelecendo estratégias de implementação do sistema, fortalecendo o turismo e as parcerias público privada.

ESTRATÉGIA: Criação de arcabouço para as PPP, incentivo ao turismo e ampliação de UC

RESULTADOS ESPERADOS:

- a. Área total das UC ampliadas*
- b. UC valorizadas, visitadas e a gestão do SEUC mais efetiva.*
- c. Implantação e aprimoramento do uso público em de 15 Parques modelo*
- d. Populações locais participando na criação, implantação e gestão das UC*
- e. Zonas de Amortecimento Integradas- Gestão das UC integradas com as políticas de administração das terras circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais.*

ATIVIDADES PARA ALCANÇAR OS RESULTADOS:

a. Área total das UC ampliadas

- ✓ Identificar áreas potenciais para criação de UC;
- ✓ Criar UCs nos remanescentes mais conservados nas diferentes regiões fitoecológicas;
- ✓ Ampliar UC especialmente/prioritariamente onde houver remanescentes próximos;
- ✓ Identificar remanescentes significativos, criando um banco de áreas potenciais para criação/ampliação de UC;
- ✓ Criar UC marinhas.
- ✓ Estimular a criação de RPPN e outras medidas para a conservação da biodiversidade em propriedades privadas;
- ✓ Ampliar os sumidouros de carbono em áreas públicas e privadas;
- ✓ Fortalecer o Programa de Voluntariado em UC (VOU).

b. UC valorizadas, visitadas e a gestão do SEUC mais efetiva.

- ✓ Categorizar corretamente todas as UC do Estado;
- ✓ Promover a integração da comunidade por meio de uso público mais efetivo em 15 UC modelo preparando planos de ação específicos para cada Unidade priorizada pelo programa;
- ✓ Elaborar estudo visando à representatividade de UC por Região Fitogeográfica;
- ✓ Elaborar e implementar instrumentos de gestão para as UC estaduais (Planos de Manejo);
- ✓ Promover maior envolvimento e uso público da comunidade nas UC priorizadas no programa;
- ✓ Estabelecer um programa de indicadores de conservação para o Estado do Paraná;
- ✓ Promover a regularização fundiária das UC;
- ✓ Garantir alocação adequada de recursos financeiros para a gestão eficaz das UC;
- ✓ Implementar novos modelos de gestão dos recursos para UC.
- ✓ Criar Mosaico de UC nos Campos Gerais e Serra do Mar;

- ✓ Efetuar a gestão dos mosaicos visando a melhoria da qualidade ambiental das áreas protegidas;
- ✓ Melhorar a qualidade ambiental das UC por meio da restauração e recuperação.

c. Implantação e aprimoramento do uso público em de 15 Parques modelo

- ✓ As Unidades com maior potencial de utilização deverão ser estruturadas e efetuados estudos visando adequar modelo de concessões ou parcerias público privadas visando o aprimoramento da gestão e o maior envolvimento da comunidade. Parques modelo:

1. Monumento Natural Salto São João
2. Parque Estadual Cabeça do Cachorro
3. Parque Estadual Campinhos
4. Parque Estadual do Cerrado
5. Parque Estadual Guartelá
6. Parque Estadual Ilha do Mel
7. Parque Estadual Lago Azul
8. Parque Estadual Mata dos Godoy
9. Parque Estadual do Palmito
10. Parque Estadual Pico Marumbi
11. Parque Estadual Monge
12. Parque Estadual Rio da Onça
13. Parque Estadual São Camilo
14. Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo
15. Parque Estadual Vila Velha

d. Populações locais participando na criação, implantação e gestão das UC.

- ✓ Criar e implementar os Conselhos Consultivos (CC) das UC;
- ✓ Realizar oficinas de planejamento participativo quando da realização dos Planos de Manejo das UC;
- ✓ Utilizar mecanismo de compensação de RL para criação e ampliação de UCs.

e. Zonas de Amortecimento Integradas- Gestão das UC integradas com as políticas de administração das terras circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais.

- ✓ Estabelecer um processo participativo na definição e gestão das zonas de amortecimento (ZA) das UC;
- ✓ Adaptar métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais nos imóveis situados nas ZA;
- ✓ Buscar incentivos econômicos para os imóveis situados nas ZA das UC (PSA).

CONSIDERAÇÕES: Os resultados pretendidos para ampliação e aumento do nível protetivo da biodiversidade no Estado (representado por suas UC) para serem alcançados necessitam, além da criação e ampliação das UC, melhorar as condições das já existentes, incrementando o seu gerenciamento para atender demandas de uso público, pesquisa, manejo, proteção etc. Para as RPPN além do estímulo à sua criação está previsto apoio as já existentes a ser concretizado pela destinação de recursos do Plano de Aplicação do FEMA.

Desta forma as Unidades de Conservação do Estado do Paraná passam a ser geridas com condições técnicas e orçamentárias adequadas, além do planejamento e viabilização de novas unidades receberem incentivos.

COMPONENTE 3: AMBIENTES NATURAIS NÃO PROTEGIDOS

OBJETIVO: Ampliar e manter a cobertura natural, especialmente nas regiões com baixos índices de vegetação nativa.

ESTRATÉGIA: Conservação em áreas de domínio privado

RESULTADO ESPERADO: Agricultores envolvidos/engajados na conservação da biodiversidade

ATIVIDADES PARA ALCANÇAR O RESULTADO:

- ✓ Identificar os atores (técnicos, agricultores) que já têm algum grau de engajamento para início das ações;
- ✓ Construir estratégias de ação em conjunto com os atores envolvidos (a serem envolvidos);
- ✓ Identificar as necessidades de recuperação resgate do patrimônio natural e cultural (em conjunto com atores);
- ✓ Implementar projeto piloto Corredor Bioclimático para a Floresta Ombrófila Mista (Figura 2);
- ✓ Fiscalizar a recuperação das RL nos percentuais legais estabelecidos;
- ✓ Levantar, mapear e quantificar todas as Áreas de Ambientes naturais não protegidas do Paraná;
- ✓ Fomentar o adensamento e reflorestamento com espécies nativas;

CONSIDERAÇÕES: As áreas naturais privadas do Estado do Paraná, de acordo com sua relevância para a conservação da biodiversidade, passam a receber Pagamentos pela Geração de Serviços Ambientais.

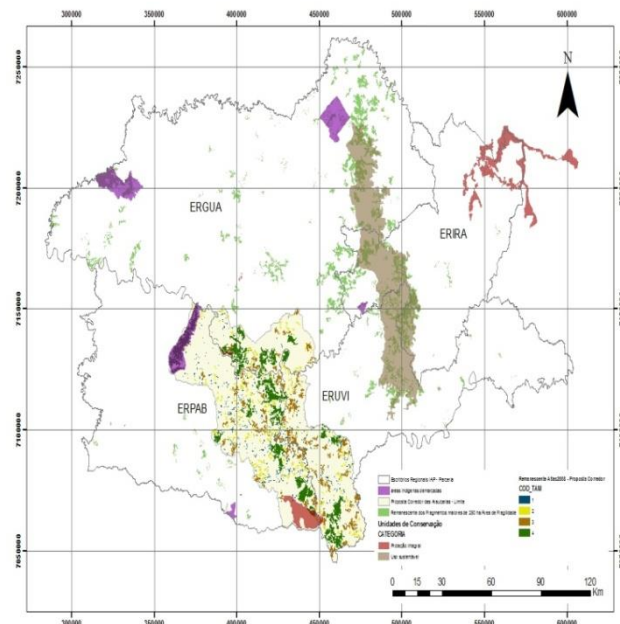


Figura 2. Corredor Bioclimático para a Floresta Ombrófila Mista

COMPONENTE 4: CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES DE RELEVANTE INTERESSE (FAUNA E FLORA)

OBJETIVO: Ampliar o nível protetivo e de conservação das populações de Espécies Relevantes, garantindo o estabelecimento de fluxo gênico necessário para a saúde de suas populações

ESTRATÉGIA: Proteção à Flora

RESULTADOS ESPERADOS:

a. Espécies, populações e fitofisionomias de relevante interesse para a conservação com seu nível de proteção e conservação ampliado e suas populações mantidas geneticamente saudáveis.

b. Espécies da fauna de relevante interesse para a conservação com seu nível de proteção e conservação ampliado e suas populações mantidas geneticamente saudáveis.

ATIVIDADES PARA ALCANCAR O RESULTADO:

a. Espécies, populações e fitofisionomias de relevante interesse para a conservação com seu nível de proteção e conservação ampliado e suas populações mantidas geneticamente saudáveis.

- ✓ Atualizar a lista vermelha de espécies ameaçadas;
- ✓ Fortalecer os programas de combate a exploração ilegal de espécies madeiráveis e não-madeiráveis ameaçadas, endêmicas ou vulneráveis;
- ✓ Desenvolver estudos sobre a viabilidade das populações de espécies ameaçadas, endêmicas ou vulneráveis;
- ✓ Desenvolver e implementar programas de reintrodução de espécies ameaçadas, endêmicas ou vulneráveis nas áreas protegidas (repovoamento ou enriquecimento);

- ✓ Implementar programas de reprodução *ex situ* de espécies ameaçadas, endêmicas ou vulneráveis, em Jardins Botânicos, Arboretos e Bancos de Germoplasma.

b. Espécies da fauna de relevante interesse para a conservação com seu nível de proteção e conservação ampliado e suas populações mantidas geneticamente saudáveis.

- ✓ Desenvolver e implementar programas de proteção e monitoramento dos sítios relevantes para o ciclo de vida de ERIC, além das UC e outras áreas legalmente protegidas;
- ✓ Implementar programas de reintrodução de espécies ameaçadas – considerando estudos de capacidade de suporte do ambiente;
- ✓ Desenvolver projetos de conversão das áreas de ocorrência de espécies ameaçadas, endêmicas com distribuição restrita ou vulneráveis, em áreas protegidas;
- ✓ Fortalecer os programas de combate ao tráfico de animais silvestres e biopirataria;
- ✓ Implementar programas de reprodução *ex situ* de ERIC em centros reprodutivos de zoológicos, criadouros conservacionistas, científicos, bancos de germoplasma (espécies silvestres) etc.;
- ✓ Atualizar a lista vermelha de espécies ameaçadas;
- ✓ Assumir a política da fauna nativa de forma mais abrangente através do acordo SEMA/IAP/BPAMB/IBAMA.

CONSIDERAÇÕES:

As principais espécies ameaçadas do estado do Paraná serão monitoradas em programas de longo prazo, embasando procedimentos de manejo conservacionista caso a caso. Esse monitoramento permite a atualização das Listas de Espécies Ameaçadas, a elaboração de Planos de Ação e alimentação com informações voltadas a mecanismos como o SISFAUNA E CONFAUNA.

COMPONENTE 5: CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS (EEI)

OBJETIVO: Evitar a propagação de espécies exóticas invasoras e seus impactos na natureza

ESTRATÉGIA: a definir

RESULTADO ESPERADO: Espécies exóticas invasoras erradicadas ou controladas nas UC

ATIVIDADES PARA ALCANÇAR O RESULTADO:

- ✓ Retirar todos os reflorestamentos com exóticas existentes nas UC
- ✓ Substituir as espécies exóticas ornamentais por espécies nativas;
- ✓ Erradicar ou controlar as demais exóticas nas UC;
- ✓ Efetivar parcerias com o setor privado para erradicação e controle de EEI nas UC

II. RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

OBJETIVO GERAL:

Contribuir para a manutenção da estabilidade ambiental e ecossistêmica, favorecendo a conservação da biodiversidade, a manutenção dos processos ecológicos e dos corpos hídricos, visando à melhoria da qualidade e quantidade de água.

EIXOS TEMÁTICOS DO PROGRAMA – COMPONENTES:

1. RESTAURAÇÃO EM APP HÍDRICAS
2. RECUPERAÇÃO DE AMBIENTES NATURAIS NÃO PROTEGIDOS
3. MANEJO DE ESPÉCIES NATIVAS: NATURAL OU PLANTADA
4. ÁREAS VERDES E ARBORIZAÇÃO URBANA

III. INCENTIVOS À CONSERVAÇÃO E TURISMO DE NATUREZA

OBJETIVO GERAL:

Desenvolver mecanismos de incentivo à conservação da biodiversidade.

EIXOS TEMÁTICOS DO PROGRAMA – COMPONENTES:

1. INCENTIVO AO TURISMO ECOLÓGICO
2. PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA)
3. ICMS ECOLÓGICO

COMPONENTE 1: INCENTIVO AO TURISMO ECOLÓGICO

OBJETIVO: a definir

ESTRATÉGIA a definir

RESULTADOS ESPERADOS: a definir

ATIVIDADES PARA ALCANÇAR OS RESULTADOS: a definir

COMPONENTE 2: PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS - PSA

OBJETIVO: Incrementar o mecanismo de compensação por serviços ambientais com foco em mananciais de abastecimento público e RPPN.

ESTRATÉGIA: Política de incentivos para conservação

RESULTADOS ESPERADOS: a definir

ATIVIDADES PARA ALCANÇAR OS RESULTADOS: a definir

INDICADORES:

- ✓ Número de empresas certificadas adeptas ao programa no componente PSA;
- ✓ Quantidade de áreas em ha incorporadas no PSA;
- ✓ Número de estabelecimentos rurais beneficiados com PSA;
- ✓ Quantidade de áreas privadas em ha protegidas por contratos de PSA;
- ✓ Número de mecanismos definidos e implantados;
- ✓ Metodologia para desenvolvimento de projetos desenvolvida, testada e consolidada;
- ✓ Número de ha constantes no banco de áreas para desenvolvimento de projetos;
- ✓ Número de transações realizadas;
- ✓ Regras do mercado disseminadas entre os atores envolvidos.

CONSIDERAÇÕES

O objetivo deste programa é a valorização dos serviços prestados pelos ambientes naturais em função da sua biodiversidade, pela valorização das áreas com o turismo de natureza, preservando assim os serviços relacionados a manutenção das espécies da fauna e flora, estabilidade de ecossistemas, qualidade de recursos hídricos e fixação de carbono, entre outros. Desta forma, o programa propõe relacionar a questão de prestação de serviços ambientais, incluindo a emissão e captura de Carbono pelas formações florestais, uma vez que dentre muitas funcionalidades, as florestas prestam este importante serviço ambiental, regatando carbono da atmosfera. Será uma iniciativa inovadora, sob a ótica do princípio poluidor-pagador, prevendo a adoção de mecanismo de incentivo econômico para compensar prioritariamente os proprietários que conservaram suas florestas além do previsto na Legislação Ambiental critério de adicionalidade. Portanto quem utiliza dos recursos naturais, biodiversidade, água, produção de resíduos, utilização de energia e emite carbono, contribui para manutenção das florestas que prestam serviços ambientais de toda ordem. Internacionalmente este princípio vem sendo muito discutido, mas pouco êxito tem sido obtido tanto a nível nacional como internacional.

COMPONENTE 3: ICMS ECOLÓGICO

OBJETIVO: Aprimorar o ICMS Ecológico inserindo mecanismos de estímulo à conservação da Biodiversidade

ESTRATÉGIA: Política de Incentivos para Conservação

RESULTADO ESPERADO: Processo do ICMS Ecológico revisado com a inserção de mecanismos de conservação da biodiversidade e incentivos diretos aos “detentores de

biodiversidade” estabelecidos.

ATIVIDADES PARA ALCANÇAR O RESULTADO:

- ✓ Avaliar e revisar todo arcabouço legal do ICMS-Ecológico;
- ✓ Elaborar propostas de melhoria/alterações;
- ✓ Viabilizar as alterações necessárias.
- ✓ Envolvimento dos municípios no programa

CONSIDERAÇÕES:

No âmbito do ICMS Ecológico uma das prioridades do PROGRAMA é fomentar e organizar convênios entre municípios recebedores de ICMS Ecológico considerando o repasse mensal de parte de recursos para proprietários de RPPNS – Convenio SEMA-Município-Proprietário. Outra prioridade é inserir em sua revisão mecanismos de conservação da biodiversidade e incentivos diretos aos proprietários.

IV. MUDANÇAS CLIMÁTICAS

OBJETIVO GERAL:

Contribuir para a economia de baixo carbono e para a adaptação aos impactos das Mudanças Climáticas (M.C.)

EIXOS TEMÁTICOS DO PROGRAMA – COMPONENTES:

- 1 . ECONOMIA DE BAIXO CARBONO
2. ADAPTAÇÃO AOS IMPACTOS CAUSADOS PELAS MUDANÇAS CLIMATICAS

COMPONENTE 1: ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

OBJETIVO: Desenvolver Políticas Públicas, regulamentar, controlar e fiscalizar as emissões de GEE com a finalidade de reduzi-las segundo metas estabelecidas

ESTRATÉGIA: Políticas Públicas

RESULTADOS ESPERADOS

- a. Lei estadual sobre M.C. implementada*
- b. Plano estadual sobre M.C. elaborado e implementado*
- c. Desenvolvimento de tecnologias de baixa emissão de carbono Incentivado.*
- d. Empresas estimuladas ao processo de certificação*
- e. Emissões de GEE reduzidas no Estado*
- f. Plano integrado de adaptação às mudanças climáticas concluído e em implementação, considerando setores da sociedade e regiões a serem adaptadas aos impactos das mudanças climáticas definidos.*
- g. Emissões de GEE reduzidas no Estado*

ATIVIDADES PARA ALCANÇAR OS RESULTADOS:

a. Lei estadual sobre M.C. implementada

- ✓ Revisar a legislação pertinente (RES. 54/2006 (SEMA) e outras);
- ✓ Criar um comitê de M.C. intersetorial e interinstitucional para avaliação;
- ✓ Capacitar as instituições para implementação da lei de Mudanças climáticas;
- ✓ Capacitar a Instituição para compras públicas sustentáveis.

b. Plano estadual sobre M.C. elaborado e implementado

- ✓ Elaborar sistematicamente o inventário estadual de GEE de fontes primárias de diferentes setores e regiões;
- ✓ Definição de metas pelo comitê de M.C. intersetorial, incluindo definição de indicadores;
- ✓ Estabelecer metas de reduções de GEE para os setores de maior emissão de gases de efeito estufa do estado do Paraná;
- ✓ Realizar sistematicamente o inventário de emissões da estrutura pública do estado, identificando oportunidades de reduções de emissões (Sensibilização, definição de escopos, fontes emissoras, fluxo de informações, cálculo das emissões e apresentação dos inventários).

c. Desenvolvimento de tecnologias de baixa emissão de carbono incentivado.

- ✓ Criar incentivos fiscais e econômicos para adoção de tecnologias que visem uma economia de baixo carbono;
- ✓ Criar linhas de crédito para negócios sustentáveis que promovam a mitigação das emissões de gases de efeito estufa;
- ✓ Reduzir impostos para transferência tecnológica que resultem na redução de emissões de gases de efeito estufa;
- ✓ Desenvolver mecanismos econômicos que promovam tecnologias inovadoras, projetos e pesquisa para mitigação das mudanças climáticas;
- ✓ Criar critérios e indicadores de sustentabilidade para concessão de incentivos fiscais e econômicos, bem como, para linhas de crédito com recursos públicos, sob o ponto de vista do equilíbrio climático, redução de emissões de gases de efeito estufa e conservação da biodiversidade.

d. Empresas estimuladas ao processo de certificação

- ✓ Priorizar o licenciamento para empresas certificadas;
- ✓ Estabelecer normativa e critérios para priorizar empresas certificadas.

e. Emissões de GEE reduzidas no Estado

- ✓ Incentivar o uso de tecnologias de baixa emissão de carbono nos diversos setores econômicos;
- ✓ Fiscalizar emissores de acordo com o Plano estadual de M.C.;
- ✓ Implantar sistema de controle de emissões por veículos automotores e *off road* nas regiões indicadas pelo PCPV;
- ✓ Incrementar e manter a rede de monitoramento da qualidade do ar;
- ✓ Promover projetos de remoção de carbono atmosférico vinculados a áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade no estado, em especial a FOM e FOD).

f. Plano integrado de adaptação às mudanças climáticas concluído e em implementação, considerando setores da sociedade e regiões a serem adaptadas aos impactos das mudanças climáticas definidos.

- ✓ Identificar os impactos e possíveis vulnerabilidades;
- ✓ Instituir no âmbito do ZEE indicadores ou zonas que apresentem áreas de maior vulnerabilidade às M.C. e medidas compatíveis com essa situação;
- ✓ Recomendar adaptação para minimizar impactos às M.C. identificados e reduzir vulnerabilidades;
- ✓ Inventariar a Biodiversidade suscetível às M.C.;
- ✓ Propor mecanismos de adaptação da fauna e flora às M.C.;
- ✓ Criar linhas de crédito para projetos que contribuam para adaptação aos impactos das M.C.;
- ✓ Desenvolver mecanismos econômicos que promovam tecnologias inovadoras, projetos e pesquisa para adaptação às mudanças climáticas.

g. Emissões de GEE reduzidas no Estado

- ✓ Implantar sistema de controle de emissões por veículos automotores e *off road* nas regiões indicadas pelo PCPV
- ✓ Conhecer o estoque de carbono e potencial de recuperação de cada região do Estado.
- ✓ Incentivar o uso de tecnologias de baixa emissão de carbono nos diversos setores econômicos;
- ✓ Fiscalizar emissores de acordo com o Plano estadual de M.C.
- ✓ Incrementar e manter a rede de monitoramento da qualidade do ar.

COMPONENTE 2: ADAPTAÇÃO AOS IMPACTOS CAUSADOS PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

OBJETIVO: a definir

ESTRATÉGIA: a definir

RESULTADO ESPERADO: Plano integrado de adaptação às mudanças climáticas concluído e em implementação, considerando setores da sociedade e regiões a serem adaptadas aos

impactos das mudanças climáticas definidos

ATIVIDADES PARA ALCANÇAR O RESULTADO:

- ✓ Identificar os impactos e possíveis vulnerabilidades - Sistema Estadual de Gestão de Riscos e Desastres – SIMEPAR/ MINEROPAR;
- ✓ Instituir no âmbito do ZEE indicadores ou zonas que apresentem áreas de maior vulnerabilidade às M.C. e medidas compatíveis com essa situação;
- ✓ Recomendar adaptação para minimizar impactos às M.C. identificados e reduzir vulnerabilidades;
- ✓ Criar linhas de crédito para projetos que contribuam para adaptação aos impactos das M.C.;
- ✓ Desenvolver mecanismos econômicos que promovam tecnologias inovadoras, projetos e pesquisa para adaptação às mudanças climáticas;

CONSIDERAÇÕES:

Uma estreita ligação entre iniciativas de conservação e de combate ao aquecimento global permitirá a venda de créditos a partir da conservação e da restauração de áreas naturais. O Programa estabelece novos parâmetros mundiais na condução de ações de conservação e de combate ao aquecimento global, permitindo uma disseminação de práticas para outros estados brasileiros e outros países.

V. MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

OBJETIVO GERAL:

Monitorar a biodiversidade a qualidade do ar e da água e das alterações climáticas proporcionando ferramentas para a proteção e gestão ambiental. Seus principais objetivos são: definir os indicadores de conservação para o Estado do Paraná; selecionar e monitorar espécies chave que possam representar indicadores de biodiversidade; monitorar e analisar o desmatamento no Estado, o esforço instalado de restauração, os sistemas de manejo.

EIXOS TEMÁTICOS DO PROGRAMA – COMPONENTES:

1. MONITORAMENTO POR SENSORIAMENTO REMOTO
2. MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA BIODIVERSIDADE – QUALITATIVO
3. MONITORAMENTO CLIMÁTICO
4. FISCALIZAÇÃO INTEGRADA
5. MONITORAMENTO QUALIDADE DO AR E DA ÁGUA

COMPONENTE 1: MONITORAMENTO POR SENSORIAMENTO REMOTO

OBJETIVO: Realizar monitoramento sistemático da cobertura vegetal do Paraná.

ESTRATÉGIA: Políticas Públicas

RESULTADOS ESPERADOS: Sistema de monitoramento criado e implantado e reconhecido.

ATIVIDADES PARA ALCANÇAR O RESULTADO

- ✓ Criação de um núcleo de permanente de acompanhamento de dados da vegetação por meio de sensoriamento remoto;
- ✓ Estabelecer competências e parcerias com INPE e SIMEPAR para monitoramento;
- ✓ Estabelecer mecanismo de monitoramento da biodiversidade sob aspectos quantitativos modelo para outros estados;
- ✓ Gerar leituras periódicas dos monitoramentos estabelecidos;
- ✓ Formar uma equipe de monitoramento capacitada;
- ✓ Implantar uma estrutura administrativa;
- ✓ Utilizar periodicamente o mapeamento dos remanescentes naturais do estado com avaliação dos estágios sucessionais;
- ✓ Estudar o uso do solo com ênfase nas florestas e habitats;
- ✓ Monitorar e analisar o desmatamento no Estado;
- ✓ Monitorar e analisar o esforço instalado de restauração.

COMPONENTE 2: MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA BIODIVERSIDADE – QUALITATIVO

OBJETIVO: a definir

ESTRATÉGIA: a definir

RESULTADOS ESPERADOS: a definir

ATIVIDADES PARA ALCANÇAR OS RESULTADOS: a definir

COMPONENTE 3: MONITORAMENTO CLIMÁTICO

OBJETIVO: Monitorar as Mudanças Climáticas e seus impactos sobre a biodiversidade, ecossistemas e organismos por meio de indicadores consistentes. monitorar os impactos gerados pelas M.C.; definir os indicadores de avaliação de impactos das M.C. para o Estado do Paraná; selecionar e monitorar espécies chave suscetíveis às M.C.; vincular a apresentação do inventário de emissões para a obtenção de licenciamento ambiental para as atividades de maior emissão de GEE, assim como um plano de mitigação de emissões e medidas de compensação.

RESULTADOS ESPERADOS: Sistema de monitoramento criado e implantado.

ATIVIDADES PARA ALCANÇAR O RESULTADO

- ✓ Monitorar os impactos gerados pelas M.C.;
- ✓ Estimular a apresentação de inventários de emissão voluntários.
- ✓ Estruturar a instituição para atendimento da demanda.

- ✓ Definir os indicadores de avaliação de impactos das M.C. para o Estado do Paraná
- ✓ Selecionar e monitorar espécies chave suscetíveis às M.C.
- ✓ Criar metodologia para avaliações / monitoramento
- ✓ Estabelecer mecanismo de monitoramento dos impactos gerados pelas M.C. sob aspectos quantitativos e qualitativos

COMPONENTE 4: FISCALIZAÇÃO INTEGRADA

OBJETIVO: Fiscalizar os remanescentes de vegetação nativa do Estado do Paraná, e a fauna Silvestre – Fiscalizar fauna e flora.

RESULTADO ESPERADO: Estabelecer níveis reduzidos de desmatamento e degradação

ATIVIDADES PARA ALCANÇAR O RESULTADO:

- ✓ Elaboração de estratégias diferenciadas para as diferentes regiões do Estado;
- ✓ Modernizar os procedimentos e práticas de fiscalização ambiental;
- ✓ Realizar mutirões prevendo equipes móveis de fiscalização;
- ✓ Realizar treinamento par equipes do IAP e Policia Ambiental.

COMPONENTE 5: MONITORAMENTO QUALIDADE DO AR E DA ÁGUA

OBJETIVO: a definir

ESTRATÉGIA: a definir

RESULTADOS ESPERADOS: a definir

ATIVIDADES PARA ALCANÇAR OS RESULTADOS: a definir

VI. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

OBJETIVO GERAL:

Trabalhar as diferentes formas de comunicação para a educação ambiental.

EIXO TEMÁTICO DO PROGRAMA – COMPONENTE:

1. COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

OBJETIVO: Implementar o Programa Estadual de Educação Ambiental – PEEA

ESTRATÉGIA: a definir

RESULTADO ESPERADO: Programa de comunicação estabelecido seguindo as premissas

ATIVIDADES PARA ALCANÇAR O RESULTADO:

- ✓ Trabalhar as diferentes formas de comunicação;
- ✓ Partir de conhecimento pessoal, respeitando a diversidade cultural;
- ✓ Formação de redes;
- ✓ Aliança estratégica /publicidade/ assessoria de imprensa com TVs, rádios, publicações impressas comunitárias/universitárias para divulgação do Programa e medidas de proteção;
- ✓ Aliança estratégica com Sistema S (SESC, Senac, SESI, Senai, Sebrae) para divulgação do Programa;
- ✓ Elaboração estratégicas com sociedades de pesquisadores, organizações internacionais;
- ✓ Alianças estratégicas para confecção de material didático;
- ✓ Exposições itinerantes e outros instrumentos (jornal mural, jornal do poste, cartazes, filipetas)
- ✓ Estudantes *Detetives Ambientais*;
- ✓ Oficinas de participação motivacional para melhor idade;
- ✓ Exposições Interativas móveis;
- ✓ Produção de mídia e materiais educativos;
- ✓ Parque Escola.

VII. CAPACITAÇÃO E PESQUISA CIENTÍFICA

OBJETIVO GERAL:

Capacitar os diversos atores visando respaldar técnica e cientificamente as ações do programa.

EIXOS TEMÁTICOS DO PROGRAMA - COMPONENTES

1. CAPACITAÇÃO TÉCNICA
2. PESQUISA E ESTUDOS

COMPONENTE 1: CAPACITAÇÃO TÉCNICA

OBJETIVO: Capacitar os diversos atores para implementar as ações do programa.

ESTRATÉGIA: a definir

RESULTADO ESPERADO: Programa de Capacitação desenvolvido e implementado.

ATIVIDADES PARA ALCANÇAR O RESULTADO:

- ✓ Realização da Integração Programática e Institucional;
- ✓ Multiplicação das ações por meio de Lideranças Locais;
- ✓ Organização Social para a Gestão Participativa;

- ✓ Realização de eventos capaz de promover o desenvolvimento sustentável dos entornos das UC, mediante o fortalecimento da produção sustentável da economia familiar;
- ✓ Capacitação de comunicadores locais para divulgação;
- ✓ Promoção de envolvimento das comunidades locais nas atividades de conservação da biodiversidade, tomando como base os conceitos de gestão Territorial com Base Conservacionista.

CONSIDERAÇÕES:

Seus principais objetivos são: integração programática e institucional; multiplicação das ações por meio de lideranças locais; organização social para a gestão participativa; e, promoção de envolvimento das comunidades locais nas atividades de conservação da biodiversidade, tomando como base os conceitos de gestão territorial com base conservacionista.

COMPONENTE 2: PESQUISA E ESTUDOS

OBJETIVO: Respalda técnica e cientificamente as ações do programa.

ESTRATÉGIA: Parcerias para realizar atividades

RESULTADOS ESPERADOS

- a. *Programa de Estudos e Pesquisa desenvolvido e implementado*
- b. *Grupo científico de apoio técnico/científico à SEMA (SEDEST) para temas de conservação da Biodiversidade no Paraná constituído.*

ATIVIDADES PARA ALCANÇAR O RESULTADO

- a. *Programa de Estudos e Pesquisa desenvolvido e implementado*
 - ✓ Estabelecer recursos para linhas de pesquisa;
 - ✓ Desenvolver pesquisa científica para ampliar o conhecimento sobre biodiversidade;
 - ✓ Desenvolver diagnósticos e inventários dos meios físico, biótico e socioeconômico;
 - ✓ Atualizar mapeamento periódico das Áreas Estratégicas para a conservação;
 - ✓ Desenvolver estudos sobre recursos genéticos;
 - ✓ Desenvolver estudos sobre recursos florestais;
 - ✓ Desenvolver estudos sobre ecossistemas costeiros e marinhos;
 - ✓ Desenvolver estudos sobre mudanças climáticas e seus efeitos sobre a biodiversidade.
 - ✓ Estabelecer e atualizar listas da fauna e flora ameaçadas
 - ✓ Propor mecanismos de adaptação da fauna e flora as M.C.

- b. *Grupo científico de apoio técnico/científico à SEMA (SEDEST) para temas de conservação da Biodiversidade no Paraná constituído.*

- ✓ Selecionar nomes notórios para constituir o grupo.
- ✓ Formatar o regime de trabalho do grupo.
- ✓ Estabelecer temas prioritários
- ✓ Usar desse instrumento para garantir lastro técnico as ações da SEMA (SEDEST).

VIII. READEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL

OBJETIVO GERAL:

Realizar estudo técnico e efetivar um novo arranjo institucional do sistema SEMA a partir de estudos e debate com funcionários de carreira;
Embasar e proporcionar condições técnicas e jurídicas e operacionais para a implantação do Programa.

EIXOS TEMÁTICOS DO PROGRAMA - COMPONENTES

ATIVIDADES:

1. Reestruturação da SEMA (SEDEST) e suas vinculadas – novas intuições;
2. Sistema integrado de informações ambientais e análise da informação - aperfeiçoamento e conclusão do sistema de gestão ambiental (SGA) para todo sistema sema
3. Readequar o arcabouço legal

5. EXPECTATIVAS E RESULTADOS ESPERADOS

As áreas naturais privadas do Estado do Paraná, de acordo com sua relevância para a conservação da biodiversidade, passam a receber Turismo de natureza e Pagamentos por Serviços Ambientais.

Uma estreita ligação entre iniciativas de conservação e de combate ao aquecimento global permitirá a venda de créditos a partir da conservação e da restauração de áreas naturais.

As Unidades de Conservação do Estado do Paraná passam a ser geridas em parcerias com a iniciativa privada e com condições técnicas e orçamentárias adequadas, além do planejamento e viabilização de novas unidades.

As principais espécies ameaçadas do estado do Paraná serão monitoradas em programas de longo prazo, embasando procedimentos de manejo conservacionistas.

O Programa de Produção de Natureza representa a melhoria dos órgãos ambientais em relação a sua estrutura e capital humano, permitindo paulatinamente um fortalecimento sem precedentes e um arranjo de gestão planejado para um novo cenário que está se iniciando, incrementando as áreas de conservação, licenciamento e fiscalização.

Os processos de licenciamento e outras possibilidades de incremento orçamentário dentro dos órgãos ambientais direcionadas a atender as prioridades de conservação por meio do Programa.

A região da **Grande Reserva da Mata Atlântica** – Santa Catarina, Paraná e São Paulo, representa um primeiro exemplo de conciliação entre conservação e desenvolvimento, via Programa e a partir de uma ampla gama de investimentos de cunho turístico representando reflexos no âmbito social, econômico e ambiental.

O Programa de Produção de Natureza estabelece novos parâmetros mundiais na condução de ações de conservação e de combate ao aquecimento global, permitindo uma disseminação de práticas para outros estados brasileiros e outros países.

O Paraná passará a ser referência indiscutível no cenário internacional, assumindo a responsabilidade de ampliar significativamente os padrões hoje existentes para o complexo desafio de garantir o desenvolvimento social e econômico tendo por base a incorporação de indicadores de biodiversidade e de adaptação e mitigação frente às mudanças climáticas.

Com a implementação do Programa de Produção de Natureza, o Paraná passará a ser referência indiscutível no cenário internacional, assumindo a responsabilidade de ampliar significativamente os padrões hoje existentes para o complexo desafio de garantir o desenvolvimento social e econômico tendo por base a valorização do turismo ecológico, a incorporação de indicadores de biodiversidade e de combate ao aquecimento global.